



PCMG desarticula grupo especializado em fraudes e lavagem de dinheiro

Nesta quinta-feira (26/9), a Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) desencadeou a operação Gravame, com o objetivo de desarticular uma organização criminosa atuante em estelionato e lavagem de dinheiro. A ação contou com a participação de 29 policiais civis e resultou na prisão de três suspeitos – de 21, 30 e 61 anos –, em Santa Luzia, na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

As investigações tiveram início em junho de 2022, quando uma primeira vítima descobriu que um automóvel de luxo, que não era dela, estava registrado em seu nome. A partir daí, a equipe da 2ª Delegacia de Polícia em Santa Luzia apurou que o investigado de 61 anos, ex-chefe da vítima em uma empresa e ex-vereador da cidade, utilizou os documentos dela para realizar um financiamento fraudulento no valor de R\$ 100 mil com um banco. O contrato foi obtido apenas mediante decisão judicial, após a constatação de que o endereço cadastrado no financiamento era, na verdade, do suspeito.

“Ao longo da investigação, diversas vítimas procuraram a Polícia Civil relatando que haviam emprestado seus nomes e CPFs para o grupo criminoso, que prometia o pagamento de vantagens financeiras e a quitação rápida dos financiamentos, o que nunca ocorria. Em alguns casos, os veículos financiados sequer estavam à venda, revelando uma prática sofisticada de fraude”, destacou o delegado responsável pelo inquérito, Fábio Gabrich.

Com a quebra dos sigilos bancário e fiscal dos envolvidos, a Polícia Civil descobriu que o grupo movimentou mais de R\$ 15 milhões em menos de um ano, valores incompatíveis com os rendimentos declarados pelos integrantes da organização. “O suspeito de 30 anos, por exemplo, recebeu auxílio governamental em 2021 apesar de ter movimentado milhões de reais no mesmo período”, ressaltou o delegado.

Esquema fraudulento

A PCMG apurou que o grupo criminoso operava de três formas distintas. Na primeira, eles utilizavam CPFs de "laranjas" para financiar veículo de forma fraudulenta. O valor obtido com o financiamento era repassado ao grupo, e as parcelas não eram pagas, deixando a dívida no nome das pessoas que emprestaram seus dados.

Na segunda forma de atuação, após conseguir o financiamento, o grupo vendia o veículo com dívida (alienação fiduciária) para terceiros, obtendo lucro duas vezes: tanto com o valor do financiamento quanto com a venda do carro.

Já em outra modalidade de fraude, o grupo realizava financiamentos em nome de terceiros, sem que esses veículos estivessem realmente à venda, e embolsava o valor financiado. “A vítima, muitas vezes, nem sabia que seu veículo havia sido usado no esquema e acabava com uma dívida e um gravame [dívida vinculada ao carro] em seu nome”, esclarece Gabrich.

De acordo com as informações obtidas pela Polícia Civil, a organização criminosa possuía uma estrutura bem delineada, com funções cuidadosamente distribuídas entre os membros, abrangendo desde a captação de "laranjas" até a comercialização dos veículos adquiridos de forma fraudulenta.

Operação

Com as investigações avançadas, a PCMG representou pelos mandados de prisão preventiva contra os suspeitos e de busca e apreensão nas residências deles. O trio foi detido em Santa Luzia, onde as equipes apreenderam celulares e cadernos com anotações relevantes para a investigação.

Na casa do homem de 30 anos, os policiais encontraram um veículo relacionado com fraude denunciada por uma vítima que sofreu prejuízos com financiamento veicular em seu nome. “A apreensão indica que o suspeito continuava envolvido nas atividades criminosas. Além disso, foram encontrados 13 cartões de ônibus com indícios de venda ilegal de créditos e uma placa veicular suspeita de fraude envolvendo um jipe de luxo, também com registros de financiamento irregular e venda não autorizada”, concluiu o delegado.

As investigações prosseguem para realizar a prisão de um quarto integrante do grupo, de 31 anos, que é considerado foragido da Justiça.